



CAMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA
NACIONAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Da Senhora Jô Moraes)

Requer apreciação e encaminhamento de pedido escrito de informação ao Ministro de Estado da Defesa, nos termos do art. 24, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 24, V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD que, ouvido o Plenário desta douta Comissão, encaminhe o requerimento de informação **anexo** ao Ministro de Estado da Defesa relativo ao fornecimento de armamento, munição e coletes à prova de balas para treinamento e formação das guardas municipais.

Sala das comissões, 20 de maio 2016.

JÔ MORAES
Deputada Federal – PCdoB/MG



CAMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2016.
(Da Senhora Jô Moraes)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Defesa sobre a necessária harmonização entre as tabelas de Dotação de Armamento, Munição e Coletes à Prova de Balas constante de portaria nº 11-res, de 24/10/2008, do Comandante do Exército, para as guardas Municipais e a Matriz Curricular Nacional de Formação em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao **Senhor Ministro da Defesa** o seguinte pedido de informações:

A Matriz Curricular Nacional de Formação em Segurança Pública de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, em conformidade com o que determina a lei nº 13.022/14, estabelece o quantitativo de tiros com revólver ou pistolas e práticas que devem fazer parte do treinamento e formação de um guarda municipal.



CAMARA DOS DEPUTADOS

O Comandante do Exército, no uso de suas atribuições legais editou a portaria nº 11 – reservada, de 24 de outubro de 2008, que aprova as tabelas de dotação de armamento, munição e colete à prova de balas das Guardas Municipais para utilização em operações, treinamento e formação para pessoal operacional.

Considerando estes instrumentos fundamentais para a consolidação das guardas municipais como instrumento qualificado de segurança pública, solicitamos a seguinte informação:

- a) Existe plano de adequação e harmonização destes instrumentos normativos que propicie adequada qualidade técnica na formação das guardas municipais em todo o Brasil? Especialmente, solicitamos a revisão dos quantitativos autorizados para treinamento e formação das respectivas guardas municipais.

Sala das Sessões, em de 2016.

Deputado JÔ MORAES
PCdoB/MG